

# **A POLÍTICA DE UNIFICAÇÃO ESCOLAR DIFERENCIADORA NOS CURSOS SUPERIORES DE TECNOLOGIA DO CENTRO PAULA SOUZA**

Priscilla Gama Cardoso  
Faculdade de Educação – UNICAMP- Brasil  
priscilla.gc@hotmail.com

## **Introdução**

Considerando a política de unificação escolar diferenciadora da concepção liberal de educação, o objetivo deste estudo<sup>1</sup> é compreender os fundamentos históricos presentes nas políticas educacionais delineadas para a criação, consolidação e expansão do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS) e de seus cursos superiores de tecnologia. À luz do modo de produção capitalista e da particularidade brasileira, buscou-se compreender as relações entre educação e trabalho e o modelo de ensino superior daí consubstanciado, no período que vai da década de 1960 à década de 1990.

A definição desse espaço de tempo se justifica pela gênese da instituição, no ano de 1969, em consonância às transformações políticas e econômicas da ditadura militar, que engendraram a eflorescência de um Estado tecnocrático e da associação-dependente com o capital internacional e da utilização de sua estrutura, a partir das políticas neoliberais da década de 1990, para a expansão de uma política educacional para o ensino superior diferenciada e diversificada como justificativa para o atendimento da demanda social e como alternativa ao modelo universitário baseado na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Desse horizonte, o arcabouço teórico- metodológico compreendeu uma pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica se realizou com o objetivo de buscar na literatura os elementos que deram suporte às análises que a pesquisa documental (fontes históricas da instituição) suscitou, auxiliando na compreensão da conjuntura política, econômica e social do país e das concepções educacionais alardeadas, buscando apreender a totalidade do problema histórico colocado.

---

<sup>1</sup> O presente trabalho é decorrente de uma pesquisa de doutorado realizada na Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

## **A política educacional para a criação e expansão de cursos superiores de tecnologia no estado de São Paulo**

A história da criação do Centro Paula Souza no estado de São Paulo, no ano de 1969, no auge da ditadura militar, é a história do projeto da unificação escolar da proposta liberal hegemônica, que por meio de suas dimensões diferenciadoras e integradoras, revela as intencionalidades do sistema capitalista e suas políticas de democratização escolar (MACHADO, 1991).

Sob o contexto das transformações econômicas do país, dos processos de industrialização, das orientações educacionais da década de 1960 e do alinhamento com a ideologia dos países de capitalismo hegemônico, mormente com os Estados Unidos, o estado de São Paulo, na vanguarda, organizou-se preliminarmente para a elaboração de novas concepções para a criação de uma nova modalidade de ensino superior.

Questionando a natureza e a validade dos cursos superiores tradicionais e de uma suposta cultura bacharelesca no país, os intelectuais orgânicos paulistas à frente da política governamental, levantaram a bandeira da necessária reformulação e diversificação educacional para a modernização do país. Nesse sentido, sob a égide de uma concepção tecnicista, aos moldes da filosofia do taylorismo/fordismo e da teoria do capital humano, a formação da classe trabalhadora é conectada ao ideário da industrialização e de maior integração à estrutura econômica internacional, colocando as relações entre educação e trabalho em novos patamares, distanciando-se das aspirações de democratização oriundas da sociedade civil.

Sob o lema “o que é bom para a economia norte-americana é bom para o Brasil”, experiências apontadas como tendência no exterior são referenciadas como solução para os problemas do país, aprofundando a dependência brasileira (FERNANDES, 2020a, p. 337).

A partir de uma lógica de importação de tecnologia, ao contrário do desenvolvimento científico e tecnológico do país de maneira autônoma, as políticas educacionais em defesa, ressaltando uma educação centrada no “saber fazer”, que deve suplantar “[...] a aspiração aos diplomas socialmente reluzentes, mas profissionalmente ocios”, culminaram na gênese do Centro Paula Souza e na criação dos cursos superiores de tecnologia, que com duração de dois anos, tinham como função social a formação de

tecnólogos em consonância à defesa de uma necessária diferenciação entre as carreiras técnicas, intermediárias e superiores (CEE/SP, 1969, não paginado).

Submetendo as questões educacionais à “uma tutela cega e inflexível”, o desenho traçado em São Paulo convergiu para dois caminhos: dar novas institucionalidades para a formação técnica e tecnológica, como dimensão imprescindível para a reorganização do sistema educacional, que façam jus às necessidades particulares do modo de produção capitalista no Brasil; e instituir formas de organização diversificadas e diferenciadas para o ensino superior, em contraposição à formação universitária baseada no tripé ensino, pesquisa e extensão, atribuindo-lhe um caráter profissional e de terminalidade (FERNANDES, 2020b, p. 63).

Esses caminhos, reclamados pelo modelo de associação dependente ao capital internacional, revelam a natureza das relações entre educação e trabalho, como dimensão da vida social, capaz de garantir um controle político e ideológico inerente aos projetos da ditadura militar. Aqui, os cursos superiores de tecnologia ganham mais do que um sentido de contribuição à formação profissional e especializada ensejada supostamente pela industrialização e modernização brasileira, mas sim o papel de configurar-se como campo da superestrutura, que seja capaz de forjar, pelo trabalho e pelos conteúdos e práticas escolares, um trabalhador que esteja alinhado às dinâmicas e institucionalidades da elite que controla o poder político e econômico do país.

A partir da década de 1990, no bojo da ideologia neoliberal e da reestruturação produtiva da era da acumulação flexível, a expansão da educação superior no estado de São Paulo, sob nova roupagem e por meio de um discurso supostamente inclusivo e fundamentado no ideário do “aprender a aprender” e na aprendizagem por competências, é delineada enquanto política de estado.

Nessa conjuntura, apoiado nas teses dos organismos internacionais, particularmente o Banco Mundial, o Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (CRUESP) apresenta uma proposta de política pública<sup>2</sup> para a expansão do ensino superior paulista via cursos e instituições alternativas, diversificadas, diferenciadas e modulares, distintas dos cursos tradicionais verticalizados. Essa proposta, reeditando os discursos ideológicos presentes no período histórico de gênese do Centro Paula Souza e argumentando que os cursos tradicionais de graduação

---

<sup>2</sup> Expansão do Sistema Estadual Público de Ensino Superior.

verticalizados, que estão ligados à pesquisa e a extensão não são capazes de absorver a demanda por acesso ao ensino superior sob o risco de ter sua estrutura universitária modificada, apresenta como uma das alternativas a expansão por cursos sequenciais, básicos e tecnológicos a partir da estrutura das escolas e faculdades de tecnologia dessa instituição (CRUESP, 2001).

É a partir dessa proposta de política pública que o governo paulista elege o Centro Paula Souza e seus cursos superiores de tecnologia para a implementação de sua política de expansão do ensino superior no estado.

Em que pese a historicidade da educação brasileira e a elaboração de propostas educacionais contra-hegemônicas no período de redemocratização do país, os caminhos percorridos à luz do arcabouço político-ideológico do neoliberalismo e das concepções educacionais ancoradas na teoria do capital humano refuncionalizada, permitiram o enraizamento de modelos diferenciados para a expansão do ensino superior no bojo da mercantilização dos direitos sociais, da interpenetração entre as esferas do público e privado e das concepções pedagógicas da acumulação flexível.

### **Considerações**

O estudo realizado demonstrou, em acordo com o pensamento de Machado (1991) sobre a proposta liberal-burguesa de unificação escolar, que o Centro Paula Souza, constituiu-se na historicidade, como uma instituição diferenciada dentro do sistema educacional brasileiro que conforma, independentemente da tônica ideológica, políticas educacionais controversas.

Da década de 1960 definidora dos traços e modos de ser do capitalismo contemporâneo à década de 1990 de implementação das políticas neoliberais, o estado de São Paulo, de forma pioneira, em consonância às políticas públicas nacionais e internacionais, trabalhou para a construção de uma política educacional diferenciadora para o ensino superior e para sua expansão como alternativa ao modelo universitário. De sua criação à sua expansão, sua função social como instituição educacional “eficiente” foi sendo reforçada a par dos modelos de modernização e desenvolvimento adotados pelo país, tornando-se bandeira política, mormente pelo governo do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) para a adoção de políticas neoliberais.

## **Referências**

CEE/SP (CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO). Parecer CEE n. 384 de 06 de setembro de 1969. Processo n. 739/1969. Criação do “Instituto de ensino Técnico 'Paula Souza’”. Aprovado em 15 de setembro de 1969. Disponível em: [http://www.ceesp.sp.gov.br/ceesp/cons\\_ava.php#gsc.tab=0](http://www.ceesp.sp.gov.br/ceesp/cons_ava.php#gsc.tab=0). Acesso em 10 maio 2019.

CRUESP (CONSELHO DE REITORES DAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS DE SÃO PAULO). Expansão do Sistema Estadual Público de Ensino Superior. São Paulo, SP: CRUESP, 2001.

FERNANDES, Florestan. A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica. São Paulo: Editora Contracorrente; Curitiba: Kottler Editorial, 2020a.

FERNANDES, Florestan. Universidade brasileira: reforma ou revolução? São Paulo: Expressão Popular, 2020b.

MACHADO, Lucília. Politecnia, escola unitária e trabalho. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1991.